

A SUBJETIVIDADE INDIVIDUAL DE PROFESSORES E PROFESSORAS IMPLICADAS(OS) EM UMA DISCIPLINA DE SEXUALIDADE E GÊNERO DE UM CURSO DE PSICOLOGIA

Victor Hugo Brandão Meireles¹

Caroline Bevilacqua²

Pedro Braga Carneiro³

Norma Ferreira da Luz Ferrarini⁴

INTRODUÇÃO

Historicamente, a Psicologia brasileira se constitui como uma ciência das e para as classes dominantes. Nesse sentido, a formação de psicólogas(es/os) traz, em seu cerne, as técnicas de avaliação e classificação dos indivíduos. Progressivamente, a realidade do Brasil e da América Latina denunciaram a necessidade de uma mudança urgente na forma de produzir e reproduzir a Psicologia como uma ciência e profissão comprometida socialmente, tendo em vista as demandas sociais, históricas, concretas da população (BOCK, 2015).

A partir dessa necessidade, cresce o número de estudos das teorias críticas e fundamentadas no materialismo histórico-dialético, sendo uma delas a Teoria da Subjetividade e Epistemologia Qualitativa de Fernando González Rey, que participou ativamente no movimento da Psicologia Social Latino-americano na década de 1980 e pela gênese da sua teoria ter permeado discussões dentro dos debates da psicologia social crítica brasileira e latino-americana.

A subjetividade, para González Rey e Mitjans Martínez (2017), é um sistema simbólico-emocional que integra dois níveis diferentes, subjetividade individual e subjetividade social. A subjetividade individual indica os processos

1 Doutorando em Psicologia na Universidade Federal do Paraná – UFPR, meireles0001@gmail.com;

2 Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, carol53@gmail.com;

3 Doutorando em Tecnologia e Sociedade na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, pedrocarneiro@gmail.com;

4 Professora orientadora. Pós-doutorado em Psicologia. Professora Titular da Universidade Federal do Paraná, normadaluzf@gmail.com.

simbólico-emocionais configurados historicamente pelas vivências e experiências diferenciadas dos sujeitos singulares em seu cotidiano frente às normativas culturais e sociais. A subjetividade social se expressa como a síntese do conjunto de aspectos objetivos e sentidos subjetivos simbólicos-emocionais em diferentes espaços articulados ao funcionamento macro e microssocial.

Portanto, baseada na Metodologia Construtivo-interpretativa e no referencial autoetnográfico, essa pesquisa permite compreender a subjetividade do(a) pesquisador(a) como um papel essencial no processo da de interpretação e construção da informação da própria pesquisa, como na elaboração de conceitos, indicadores e hipóteses contribuindo para a elaboração de um modelo teórico sobre seu objeto de estudo.

METODOLOGIA

O presente trabalho configura-se como uma pesquisa exploratória, que visa uma aproximação inicial ao objeto, a qual permite o reconhecimento de novas perspectivas sobre o tema. Trata-se de uma pesquisa de natureza básica, em que, a partir do método da pesquisa participante, as(os) docentes pesquisadoras(es) recolhem da sua prática elementos que serão significados à luz do referencial teórico.

A pesquisa ocorreu em espaços conversacionais, como na sala de aula, em reuniões do Núcleo Estruturante Docente (NDE) e colegiado, e se constituiu pelo constante movimento do compartilhamento das experiências, opiniões e reflexões de docentes, o que permitiu a produção de sentidos subjetivos e de novas configurações subjetivas a respeito das questões que envolvem a investigação das implicações na disciplina de Sexualidade e Gênero.

Segundo González Rey e Mitjáns Martínez (2017), as produções do espaço dialógico ocorrem, ao mesmo tempo, como produções singulares dos sujeitos e como produções coletivas desse grupo de agentes que integram o espaço conversacional. Portanto, o referencial metodologia autoetnográfica se torna importante para acessar as produções singulares e coletivas dos(as) professores(as) implicados nesta pesquisa.

Deste modo, parte-se de uma discussão sobre a prática profissional para se eleger a bibliografia acerca dos processos educacionais, da formação em psicologia, e da importância dos debates sobre sexualidade e gênero na sociedade brasileira.

REFERENCIAL TEÓRICO

Por mais contradições que a prática da educação formal possa vivenciar, a sala de aula, em todos os níveis de ensino, segue sendo um espaço potente de aprendizagem, de promoção de reflexões críticas e de transformação (bell hooks, 2017). Para tanto, é fundamental o papel docente na mediação cultural dos processos educacionais, proporcionando ao corpo discente um espaço de desenvolvimento humano (PINHEIRO, 2023).

Quando se reflete sobre a formação em Psicologia no Brasil, é necessário reconhecer um histórico de uma educação conteudista e tecnicista, predominantemente marcada pela influência de teorias positivistas e idealistas, que contribuíram para a manutenção de ideais de classificação e segregação (BOCK, 2015). Desta forma, é preciso avançar para um currículo e uma prática educacional que promovam a psicologia em seu compromisso coletivo e cidadão, em favor da promoção de um projeto societário de mudança, de promoção de saúde a indivíduos e coletivos (SANTOS, 1994).

Neste sentido, percebem-se as expressões de gênero e sexualidade como elementos estruturantes das subjetividades em nosso contexto social: “a sexualidade é fruto das experiências coloniais, históricas, coletivas, relacionadas a múltiplas práticas sociais e experienciadas por cada pessoa, o que conhecemos como produção de subjetividade” (CFP, 2023, p. 33).

Contudo, se as vivências e expressões da sexualidade são, de fato, tão diversas e plurais quanto a própria subjetividade, verifica-se historicamente uma pressão social pela validação única e exclusiva de um padrão cis-hétero-normativo, reforçado em todas as instituições pelas quais passamos durante a vida. Esta lógica de patologização das sexualidades impostas como não-hegemônicas acarreta uma série de sofrimentos para pessoas LGBTI+⁵, ao passo que produz uma hierarquização de subjetividades e dá um caráter de “outro”, de “inferior” a pessoas não cis-heterossexuais. Portanto, “cabe também às psicólogas, psicólogos e psicólogues acolherem o sofrimento psíquico de gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis, queers, intersexuais, assexuais entre outras formas de expressão da sexualidade e do gênero que decorre da não aceitação social de suas orientações sexuais e/ou identidades de gênero” (CFP, 2023, p. 35).

5 Adotamos a sigla LGBTI+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexos e outros grupos sociais - por considerar a existência de múltiplas identidades de gênero e orientações que não se constituem e se reivindicam no seio da cisheteronormatividade hegemônica. O prefixo “+” sinaliza essa diversidade para que não haja a exclusão de corpos que não se identificam com as identidades tradicionais da sigla e reivindicam outras possibilidades de se identificarem e se manifestarem.

Para isso, é necessário que a formação em Psicologia dê conta de uma reflexão crítica sobre as vivências de gênero e sexualidades, que seja competente na compreensão das diversidades como expressões saudáveis da subjetividade, e consciente dos prejuízos que a discriminação causa à saúde dos indivíduos. Do contrário, intervenções no campo da psicologia que não sejam capazes de superar moralismos e preconceitos destas(es) profissionais estão fadadas a reforçar sofrimentos insuportáveis a pessoas LGBTI+ - e, tragicamente, não faltam relatos de pacientes neste sentido (CFP, 2019).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As(os) professoras(es) participantes deste relato de experiência vêm de histórias de vida e profissionais distintas e singulares, mas que convergem no momento de composição do Núcleo Docente Estruturante de um curso de Psicologia em um centro universitário privado em Curitiba, no Paraná. Em suas singularidades, identificam-se como homens e mulheres cisgêneras(os), brancos(as) e negro, gay e heterossexual, conferindo diferentes perspectivas ao tema.

Destas histórias de vida, destacam-se experiências profissionais clínicas, em contextos educacionais e no âmbito acadêmico (de pesquisa). Na psicologia clínica, ressalta-se a recorrência no atendimento a mulheres vítimas de violência, sofrimentos decorrentes da LGBTI+fobia, demandas relacionadas à orientação sexual e relacionamentos amorosos/afetivos, identidade de gênero e processo transexualizador, interseccionalidades com raça e classe. No campo da psicologia escolar, elencam-se as atuações de estigmatização e patologização de crianças e adolescentes que se apresentavam como diferentes do socialmente esperado para a performance de feminilidade e masculinidade. Na área acadêmica, ressaltam-se os estudos sobre heteronormatividade e implicações nas subjetividades de estudantes cis-gays, implicações da formação em psicologia em configurações subjetividades de estudantes negros e negras LGBT+ atravessados pelo sistema raça-classe-sexo/gênero. Ainda, registram-se vivências pessoais de assédios, abuso e violências de gênero.

Sendo assim, emerge a compreensão da necessidade de oferecer uma formação em Psicologia que de fato possibilite que os futuros profissionais desenvolvam um pensamento crítico e uma ética profissional compromissada com os direitos humanos foi determinante quando, no momento de reestruturação da matriz curricular do curso, elegeu-se como fundamental a oferta da disciplina de Sexualidade e Gênero.

Compreende-se que as subjetividades individuais se implicaram em suas práticas docentes, tornando coletivamente os compartilhamentos de experiências e vivências relacionadas a Sexualidade e Gênero no que tange o ambiente educacional. González Rey (2004, p. 141) define a subjetividade individual como:

[...] indica processos e formas de organização da subjetividade que ocorrem nas histórias diferenciadas dos sujeitos individuais. Portanto, ela delimita um espaço de subjetivação que contradiz e de forma permanente se confronta com os espaços sociais de subjetivação. O processo de produção de sentidos subjetivos do sujeito individual não reproduz nenhuma lógica externa ao sistema individual no qual esses sentidos são produzidos.

O espaço de sala de aula pode ser considerados espaços de subjetivação, no qual tantos professores(as) e alunes se implicam constantemente em tensionamentos produzindo a subjetividade social desse mesmo espaço. Visto que, por mais que assuntos relativos a gênero e sexualidade permeiem diversos conteúdos e matérias tradicionais da formação em Psicologia, percebeu-se a relevância de uma disciplina específica para a temática, a fim de aprofundar os debates com as(os/es) discentes com base nos processos organizativos de subjetividade de cada docente implicado na construção dessa disciplina.

Além da já mencionada importância da formação em Psicologia para o acolhimento aos sofrimentos provocados pelas discriminações e violências afetas a gênero e sexualidade e a inscrição das temáticas nas vivências pessoais e profissionais do corpo docente, outro elemento que justificou a escolha por uma disciplina específica de Sexualidade e Gênero foi a fragilidade de compreensão do tema demonstrada por parte significativa do alunado.

Percebeu-se que, em vários momentos, em outras disciplinas e espaços extracurriculares, estudantes mesmo dos períodos mais avançados do curso evidenciaram a falta de nitidez de alguns constructos básicos, tais como as definições de identidade de gênero, orientação sexual/afetiva e papéis de gênero. Ademais, verificou-se também a presença de discursos calcados no senso comum, por vezes permeados por moralismos, e até pautados em dogmatismos religiosos.

Nessa perspectiva, evidenciamos a necessidade de aprofundar as aprendizagens na temática, iniciando o processo de inserção da disciplina pautando em uma formação de futuros(as/es) psicólogos(as/ues) compromissados criticamente com a realidade brasileira e suas pluralidades de raça, classe, gênero, sexualidade e outros marcadores da diferença.

Portanto, só foi possível a efetivação desta disciplina com a implicação subjetiva de docentes arduamente no pensar, refletir e discutir sobre possibilidades,

desafios e mudanças para construção de uma subjetividade social de curso de psicologia atravessado pelos direitos humanos e práticas antirracistas, antilgbti-fóbicas, anticapitalistas, anticapacitistas, e assim por diante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A psicologia se consolidou no país a partir de referenciais positivistas, inscrevendo-se na sociedade brasileira como uma ciência em favor da avaliação e classificação dos indivíduos, com práticas que muitas vezes reforçaram discriminações raciais, de classe, de origem, quanto a diferenças funcionais e - como é objeto deste trabalho - gênero e sexualidade.

Para superar este paradigma e contribuir para a formação de profissionais competentes à escuta e acolhimento das expressões de sofrimento relacionadas às violências quanto ao gênero e vivências diversas da sexualidade, faz-se necessário ampliar horizontes de temáticas que tratem à luz da sociedade brasileira, suas necessidades que atravessam seus corpos.

Com o transcurso da disciplina, verificou-se a apropriação de discentes quanto aos conceitos, as reflexões críticas sobre suas implicações com as expressões de gênero e sexualidade, a compreensão dos sofrimentos causados pela estrutura social cis-hétero-normativa e pelas violências de gênero e LGBTI+fóbicas, e o entendimento sobre a importância do papel de psicólogas(es/os) no acolhimento destas questões.

Portanto, é dever dos cursos de Psicologia, através das estratégias pedagógicas como NDE e colegiado, criarem disciplinas obrigatórias de sexualidade e gênero, assim como de relações raciais e outras temáticas, em que formem futuros(as/es) psicólogos(as/ues) comprometidos com a diversidade de corpos que buscam a legitimidade ético-política na sociedade brasileira para melhores condições de vida. E é dever da psicologia participar, movimentar e transformar esses espaços para que essas condições sejam dignas.

Palavras-chave: Sexualidade e gênero; Formação em Psicologia; Subjetividade docente.

REFERÊNCIAS

bell hooks. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** São Paulo: WMF, 2022.

BOCK, Ana Mercês Bahia. Perspectivas para a formação em psicologia. **Psicol. Ensino & Form.**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 114-122, 2015.

Conselho Federal de Psicologia. **Referências técnicas para atuação de psicólogas, psicólogos e psicólogues em políticas públicas para população LGBTQIA+**. Brasília: CFP, 2023.

Conselho Federal de Psicologia. **Tentativas de aniquilamento de subjetividades LGBTIs**. Brasília, DF: CFP, 2019.

GONZÁLEZ REY, F. **O social na psicologia e a psicologia social: A emergência do sujeito**. Tradução: Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes. 2004.

GONZÁLEZ REY, F.; MARTÍNEZ, M. A. **Subjetividade, teoria, epistemologia e método**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2017.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

SANTOS, M. DE F. DE S. Formar psicólogos para quê? **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 14, n. 1-3, p. 40-41, 1994.